

PRISM | A |

EDIÇÃO N.º 1

ABRIL 2018

LIGHTING DESIGN

Landscape lighting Luz na paisagem



PAISAJEM

ARTIGO



Pascal Chautard, LD

Design Director - Limari Lighting Design

1. Parque Viña Errazuriz. Panquehue, Santiago. Paisagista: Juan Grimm /Crédito: Guy Wenborne | 2. Jardim Privado. La Dehesa, Santiago. Paisagista: Juan Grimm /Crédito: Francisco Taggini | 3. Cerro Santa Lucia, Santiago. Paisagista: Manuel Arana /Crédito: Sebastián Sepulveda

Nesta pequena reflexão gostaria de referir-me à iluminação paisagística somente tratando dos espaços verdes sejam eles plantados ou naturais, excluindo os elementos arquitetônicos ou escultóricos construídos que, se bem muitas vezes são elementos relevantes do projeto, necessitam de uma estratégia própria para cada caso.

Parques e jardins oferecem uma tremenda oportunidade para criar atmosferas sensoriais ricas, pelo grande potencial que apresentam as espécies vegetais em sua interação com a luz, pois são esculturas vivas, dinâmicas e extraordinariamente reativas à luz. Os espaços paisagísticos também são uma ótima oportunidade para brincar com os contrastes, os claro-escuros, longe dos conceitos de uniformidade, de criar caminhos

em que o mistério e a penumbra são elementos fundamentais da composição luminosa.

O projeto de iluminação paisagística começa como em muitos projetos de planejamento urbano: estudando o entorno, reconhecendo os pontos de observação predominantes, tanto desde o exterior como desde o interior, analisando as rotas e os usos durante a noite para tentar criar uma imagem noturna coerente e ambientes luminosos poéticos que permitam a criação de experiências sensoriais memoráveis para os usuários.

Em um segundo momento, se desenvolve um estudo de composição, no qual se reconhecem os elementos que compõem a paisagem, sua hierarquia, seus valores ornamentais, as espécies

(no caso das árvores de folhas caducas ou perenes), suas cores e o grau de opacidade ou transparência de suas folhas para entender completamente qual será a sua interação com a luz.

A iluminação paisagística difere da iluminação arquitetônica, pois trata-se de elementos vivos e nos obriga a pensar num projeto evolutivo para que ele possa acompanhar harmonicamente o crescimento das espécies e suas metamorfoses nas diferentes estações do ano. Pode tornar-se extremamente desafiador no caso de um novo projeto, em que algumas espécies levarão várias décadas para alcançar seu tamanho e maturidade.

Atualmente é difícil pensar em iluminação paisagística sem ter uma reflexão sobre a nossa

responsabilidade social em matéria de conservação ambiental e, portanto, sobre as consequências que a iluminação noturna produz nos seres vivos (fauna e flora) que pertencem ou vivem habitualmente nesses espaços, ainda mais quando a maioria (mas ainda muito escassos) dos estudos científicos realizados sobre este tema comprovam que as espécies de plantas e animais não precisam de luz elétrica à noite e que esta tende a abalar seu equilíbrio biológico, alterar seus ciclos naturais de alimentação, de reprodução, de repouso, e, portanto, o caminho mais sábio seria manter a penumbra e não iluminar.

Outra responsabilidade do lighting designer no âmbito dos projetos de iluminação paisagística está ligada à poluição luminosa e à emissão de luz ao hemisfério

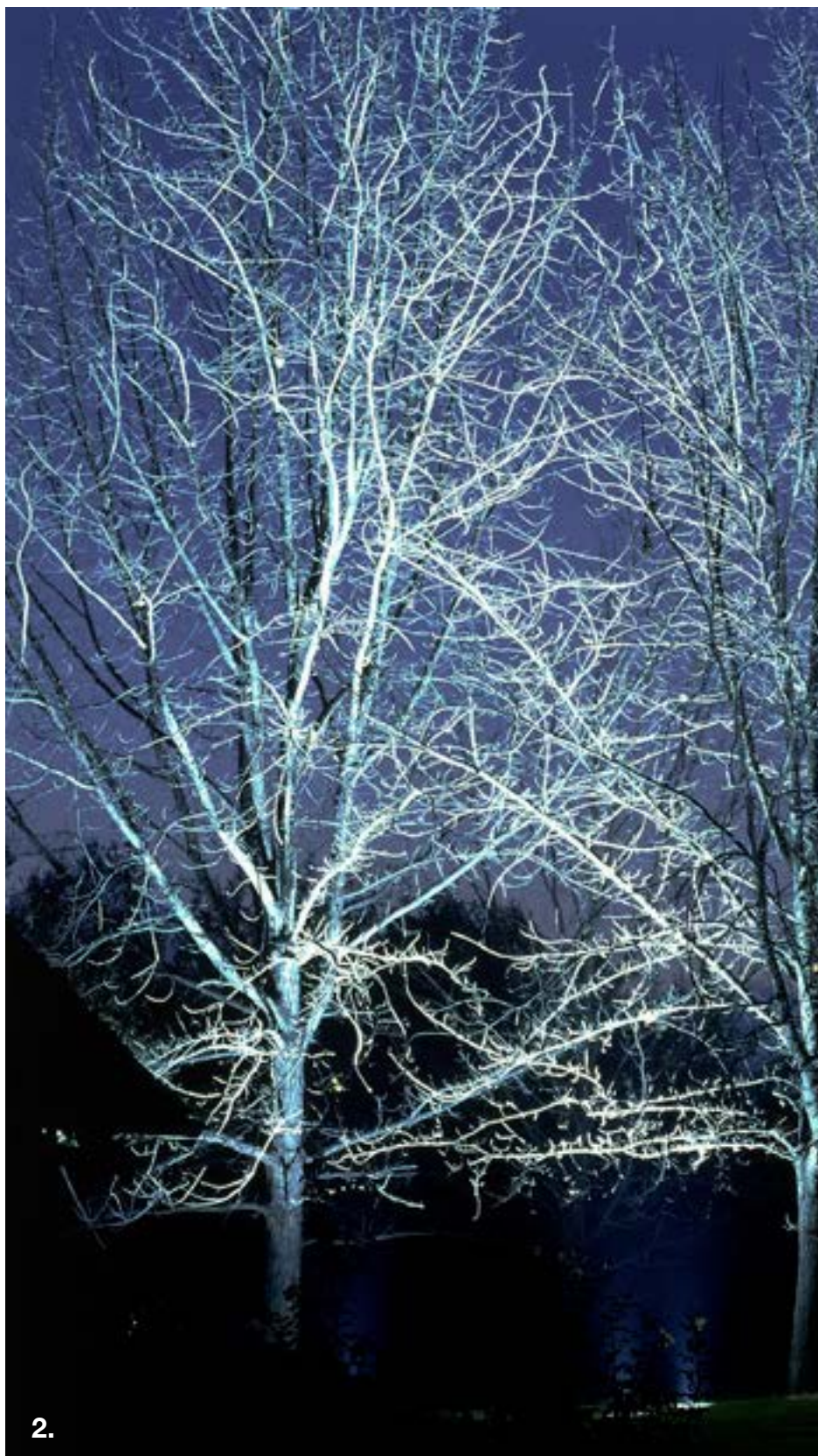


superior, o que em muitos casos pode levar à renúncia da iluminação “antissolar”, ou desde o piso (uplight) que nos permite criar cenas tão atraentes em muitas espécies de plantas, como arbustos e árvores. No caso do Chile, país onde trabalho regularmente, existe um decreto governamental que, em várias regiões geográficas do país, proíbe qualquer emissão de luz ao hemisfério superior para manter os céus “escuros” e favorecer sua conservação, condição sine qua non do desempenho correto dos numerosos observatórios astronômicos localizados no país.

Esta situação específica é similar ao que ocorre no âmbito da iluminação dos objetos do acervo de um museu por exemplo, no qual temos que iluminar para mostrar a exibição, permitir o uso e o percurso dos recintos, mas ao mesmo tempo entender que a luz é também um elemento que produz deterioração destes objetos assim como da biodiversidade e de nossos ecossistemas.

Essas condições devem ser levadas em consideração e analisadas de acordo com o tipo de projeto, sua localização geográfica e orientar-nos para projetos mais respeitosos com o meio ambiente e à biodiversidade, utilizando estratégias para mitigar os efeitos indesejáveis da iluminação, tais como: limitação de horários, detecção de presença, uso de temperaturas de cores ou cores mais adequadas, deixar certas áreas no escuro, etc.

Em nenhum caso, deveriam limitar a criatividade do lighting designer ao serem integrados nos processos criativos conceituais como elementos de reflexão que podem orientar-nos a desenvolver





projetos mais contidos, íntimos e sensíveis, onde a penumbra e o claro-escuro sejam parte integrante do projeto.

Trazem consigo uma grande oportunidade para cumprir com outra responsabilidade social do lighting designer que é colaborar com a diminuição global da demanda energética, controlando o consumo elétrico relacionado com o projeto de iluminação muito além da sacrossanta “eficiência energética” atual das fontes de luz.

Nesse cenário e no caso dos projetos de âmbito público, esses enfoques são valiosos argumentos e uma oportunidade para o lighting designer demonstrar para as autoridades que o aparato visual humano funciona de forma satisfatória com menos iluminação e menos uniformidade do que a maioria das normas prevêm. Espero também que sejam uma possibilidade a mais de quebrar o paradigma tão presente ainda na sociedade de que a segurança se relaciona diretamente com a quantidade de luz. ■